

GT7 - COTISTAS CAMPELINOS, INDÍGENAS E
QUILOMBOLAS E OS MECANISMOS DE PERMANÊNCIA
ASSERTIVO:

1. Diele Almeida de Jesus - DCV I
2. Ana Luiza dos Santos Matos-DCH I
3. Edijane Santos da Cruz, campus XV
4. Everton Netto Assis Franco - DTCS III
5. José Adriano Lima Santos - DEDC XIV
6. Gislene Silva de Campos -DCH IX
7. Nínive Silva Araújo- DEDC Campus VIII
8. Liliane Gomes Pereira - DCHT - Campus XVIII
9. Vanessa Gonçalves Dias DCH- Campus IV
10. Jênifer Cassimiro Santos - DCHT - Campus XXIII
11. Felipe Pereira dos Santos Neto - DCHT, campus XXI
12. Guilherme Jose de Oliveira - DCHT, Campus XVI
13. Isadora Xavier da Silva -DCH, Campus VI
14. Henrique José da Silva DCH Campus III
15. Leiliane Silva de Jesus -DEDC Campus XV
16. João Vitor do Nascimento Almeida DCHT campus XXII
17. Evellem Santos de Almeida campus DCHT XVII
18. Rairon dos Santos - DCH Campus V
19. Jonatas Nunes de Araújo - CAMPUS DCHT XVII
20. Marcos Laércio França Souza- DEDC Campus XII- Guanambi
21. Tamara de Matos Guerra - campus XX
22. Letícia Silva Pereira - DEDC campus XII
23. Edson de Andrade Araújo - campus DEDC X - Teixeira de Freitas
24. Luciana de Jesus Pereira DCH-Campus IV
25. Davi dos Santos - campus XIII

GT – 7: COTISTAS CAMPESINOS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

APRESENTAÇÃO

O presente Grupo de Trabalho, nomeado de Cotistas Camponês, Indígenas e Quilombolas, é composto por discentes de diversos Departamentos da Universidade do Estado da Bahia. O grupo é composto por três Identidades diferentes e que historicamente as lutas se cruzam pelos objetivos comuns, lutando e pautando as melhorias para os indivíduos, e muitas vezes, cobrando o básico.

Em meio ao corpo social, o espaço do povo Preto sempre foi negado, e isso nos mais diversos parâmetros da sociedade, como por exemplo, tratando de Educação, acesso ao ensino superior, no quesito Cotista que é uma forma de reparação histórica da imensa dívida da Sociedade com o povo preto. Na UNEB, a materialização ocorreu recentemente, de acordo com a Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UNEB (PRAES) – Via Instagram, teve início em 18 de julho de 2002, apenas 21 anos, dos 40 anos da universidade, e sendo a primeira Universidade Brasileira a estabelecer um sistema de Cotas Raciais para acesso ao Ensino Superior. (PRAES-UNEB, 2023)

A luta por espaços dignos e qualificados para todos, nem deveria existir, mas existem desigualdades sociais, de gênero, acesso à saúde e Educação, os quais se tornam prescindíveis para o fortalecimento do debate acerca da temática central, que é a permanência cotista. Analisando a realidade é possível intervir para soluções e aperfeiçoamento. Diante disso, o GT em questão terá por finalidade as socializações das Identidades aqui citadas, pontuando os desafios enfrentados e potencialidades no âmbito acadêmico, cujo objetivo será o fortalecimento de ações permanentes para os discentes, sinalizando a importância da luta conjunta na busca de espaços dignos, acolhedores e livres de qualquer tipo de discriminação; ressaltando ainda que, a luta do Povo Preto é indissociável da luta dos Camponês, Indígenas e Quilombolas. Uma vez que, a diversidade é presente nas identidades e em cada têm sujeitos negros, LGBTQIAPN+ e outros.

- CAMPELINOS

Entende-se por Camponês o homem e a mulher do campo, uma identidade.

Segundo Armando Batista Vergues:

“Os Camponeses são cultura, são classe são movimento, são economia, são resistência... Mas os Camponeses são, antes de tudo, um modo de vida; uma fraterna forma de convivência em que predominam as relações comunitárias”

Na sociedade, o preconceito e discriminação aos camponeses teve início há muito tempo e até os dias atuais é notório, termos como “Zeca tatu” e “Bicho do mato” são usados com frequência para se dirigir aos camponeses. Em espaços educacionais não diferente, o que leva essa classe a ser unidade de estudo no GT em que está destinado.

- INDÍGENAS

Os povos indígenas são os habitantes originários do território brasileiro e estavam presentes aqui antes da chegada dos europeus, no final do século XV. Existe uma grande diversidade de povos indígenas no Brasil, e a população de índios, segundo critérios do Censo de 2010, é de aproximadamente 817 mil. (SILVA). Os desafios enfrentados pelos povos originários ao ingressar no cenário acadêmico, como, os deslocamentos das comunidades de origem até a universidade, preconceitos dos não-indígenas e a vulnerabilidade socioeconômica que afeta diretamente a permanência no ensino superior.

Ao longo dos anos, direitos foram conquistados através de muitas lutas travadas com os não-indígenas, e hoje, mesmo com a existência de leis, como a de políticas afirmativas, não é uma garantia que os indígenas consigam permanecer no espaço acadêmico. Alimentação, transporte e moradia, são uns dos principais desafios enfrentados pela classe ao ingressar no ensino superior em todo Brasil. Para os povos indígenas, adentrarem as universidades públicas, espaços construídos para atender brancos burgueses que constitui a elite brasileira, é mais que um desafio, pois se submetem ao crivo da avaliação/aferição, do que é conceituado e constituído o como “conhecimento” implantado pelos invasores europeus. Os vestibulares próprios das unidades estaduais, bem como, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), excluem os povos originários, ao não valorizar os seus saberes, tradições, identidades, memórias e histórias. Segundo (Novak, 2007, p. 132). Os povos originários, “[...] têm um perfil muito próprio, diferente dos acadêmicos que as universidades públicas estão acostumadas a receber”. Os indígenas possuem um perfil diferente dos demais ingressantes ao ensino superior. “[...] são alunos muitas vezes com idades acima da média e com condições econômicas, culturais e históricas diferenciadas. Possuem também particularidades regionais e formas coletivas de organização (Pereira, 2011).

Mesmo com a implementação das ações afirmativas, bolsas, auxílios moradia e permanência, ainda identificamos muitas fragilidades e insuficiências considerando a necessidade específica dos estudantes indígenas. Nesse sentido, Pereira (2011, p. 9) verifica a inexistência de uma “política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, à formação com qualidade” e aponta alguns fatores que facilitariam a permanência material dos estudantes: “construção de restaurante e residência universitária em todos os campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à universidade, entre outros” (Pereira, 2011, p. 9).

Para tanto, buscaremos através deste grupo de trabalho – GT, o debate sobre a política de acesso, permanência até a conclusão do ensino superior dos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Será exposto a necessidade de as universidades que recebem estudantes indígenas, além de ampliarem suas ações, qualificarem as já existentes, conformando “políticas públicas de ensino superior voltadas efetivamente a esses sujeitos e sensíveis aos pertencimentos por eles construídos” (Amaral, 2010, p. 10).

- QUILOMBOLAS

“Quilombolas são os descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravizados fugitivos (os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888 (quando houve a abolição da escravatura) no Brasil. Atualmente as comunidades quilombolas estão presentes em todo o território brasileiro, e nelas se encontra uma rica cultura, baseada na ancestralidade negra, indígena e branca. No entanto, os quilombolas sofrem com a dificuldade no acesso à saúde e educação”(Porfírio).

Em artigo publicado em 2019, a gestora pública Mirele Silva Santos aborda a questão da permanência universitária e os desafios enfrentados pelos cotistas quilombolas. Ela enfatiza que possibilitar o acesso e não garantir a permanência é ineficaz e desqualifica o processo de ações afirmativas, Mirele ratifica a importância da implantação de políticas de permanência para possibilitar a conclusão dos cursos de cotistas tanto quilombolas como as demais classes. Além disso, dado as localidades onde ficam as comunidades, na maioria das vezes em zona rural, os cotistas dessas classes também enfrentam a dificuldade na adaptação, principalmente no campus I, que fica localizado na capital baiana.

As lutas enfrentadas por nossos antepassados perduram até os dias

de hoje, o imensurável sofrimento por eles enfrentados merecem receber o devido reconhecimento, e essas políticas ditas “reparativas”, devem não só atender as demandas de seus descendentes, mas também contribuir para o reconhecimento das contribuições de nosso povo, que persistem na formação do país.

METODOLOGIA

Os trabalhos programados no GT, serão realizados em dois momentos: têm-se pensado para o primeiro momento o diálogo e escuta ativa sobre a permanência discente, no que diz respeito aos estudantes cotistas Campesinos, Indígenas e Quilombolas. Baseado nos princípios dos Movimentos Sociais, a primeira roda de conversa acontecerá com muitas dinâmicas, a exemplo da ornamentação do espaço com as bandeiras e endereços que representem os sujeitos, transformando o espaço de leveza e acolhimento, como por exemplo, bandeira do MST e demais movimentos sociais, representação dos Territórios Indígenas e Quilombolas, bandeira LGBTQIAPN+, pandeiro, violão e muito mais, serão acompanhados de uma música, que será elaborada pelos os sujeitos que compõem o GT.

Adentrando o tema, permanência discente, será trabalhado na metodologia de inventário da realidade, no qual será aplicado um diagnóstico construtivo, com abordagens sobre as condições da permanência, levantando os potenciais e dificuldade enfrentados nos departamentos, tendo por finalidade a síntese final para socialização no evento, bem como material de estudo e debate, além das proposições de possíveis soluções vista do outro lado, de pessoas que estão inseridas no campo hegemônico do saber. Ainda para o primeiro momento, o debate sobre as relações étnico-raciais e sociais no âmbito acadêmico.

No segundo momento, pensa-se numa análise de conjuntura do sistema de cotas na UNEB, e algumas perguntas norteadoras, qual o público? Campesinos, Quilombolas e Indígenas são contemplados? Em sequência, a abordagens das políticas de acolhimento que não são devidamente

efetivadas, quais foram e como contribuíram na melhoria da acessibilidade discente ou como não deu certo de acordo com a realidade dos nossos cotistas, para finalizar, tratar dos editais destinados para os cotistas, e como inserir nos editais, vagas destinadas para o discente do campo, Quilombo e das florestas, tendo em vista as diversas subdivisões sociais, nos quais, o público citado, na maioria das vezes não são contemplados.

Referências bibliográficas

AMARAL, W. R. As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. 2010. 591 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ANGNES, J. S. O ensino superior para os povos indígenas: ingresso, permanência, desistência, conclusão dos estudantes indígenas da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) - Paraná. 2010. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Dicionário de agroecologia e educação. Alexandre Pessoa Dias, São Paulo: Expressão popular: Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p. :tabs.,il

NOVAK, M. S. J. Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

PEREIRA, C. V. Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PORFÍRIO, Francisco. "Quilombolas"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em 28 de julho de 2023.

SANTOS, Mirele Silva, permanência universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na UFRB, UFRB, pág. 1725, dez, 2019.

SILVA, Daniel Neves. "Povos indígenas do Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em 28 de julho de 2023.